

1. Contexto operacional

A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (“Companhia”), sociedade anônima registrada na categoria B, da Comissão de valores Mobiliários (“CVM”), com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (Estado) pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

Em novembro de 2022, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

1.1.1. Conflito Rússia x Ucrânia

O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio. Nesse sentido, o preço do gás está sendo impactado pelos efeitos da guerra da Ucrânia. Contudo, a maior parte dos energéticos concorrentes do gás natural também sofrem os efeitos do aumento do petróleo.

O Contrato de Concessão prevê o reajuste tarifário sempre que houver variações nos preços do gás natural adquirido pela Gasmig, de modo a garantir a adequada remuneração do serviço de distribuição de gás.

Adicionalmente, os fornecedores da Gasmig não apresentaram, até o momento, nenhum problema quanto a oferta do produto, tendo eles cumprido regularmente os contratos de fornecimento de gás firmados junto à Companhia, cujas principais características encontram-se apresentadas na nota explicativa nº 1.2 a seguir.

Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos, a Companhia possui com o fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dois Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrados em 2019 e 2021 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Contrato celebrados em 16 de dezembro de 2019 e aditivado em 21 de dezembro de 2022:
 - Vigência: 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 2.085.000m³/dia para o ano de 2022 e 1.985.000 m³/dia referente a 2023.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) e pagamento de encargo de capacidade.
- Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021 e aditivado em 21 de dezembro de 2022:

- Vigência: 31 de dezembro de 2025.
- Quantidade de gás contratada: 480.000m³/dia para 2022, 422.000m³/dia para 2023, 374.000m³/dia para 2024 e 312.000m³/dia para 2025.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

Adicionalmente aos contratos da Petrobras, a Gasmig assinou com o fornecedor Galp Energia do Brasil S.A. – Galp o Aditivo 3º Contrato de Compra de Gás Natural na Modalidade Firme e PUT cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Aditivo 3º ao Contrato celebrado em 22 de novembro de 2022:
 - Vigência: 31 de dezembro de 2042.
 - Quantidade de gás contratada: firme de 260.000 m³/dia de 11/06/2022 a 31/07/2022; 280.000 m³/dia de 01/08/2022 a 31/12/2022; 450.000 m³/dia de 01/01/2023 a 31/12/2023; 580.000 m³/dia de 01/01/2024 a 31/12/2025; 900.000 m³/dia de 01/01/2026 a 31/12/2032; 800.000 m³/dia de 01/01/2033 a 31/12/2034; 700.000 m³/dia de 01/01/2035 a 31/12/2036; 600.000 m³/dia de 01/01/2037 a 31/12/2038; 500.000 m³/dia de 01/01/2039 a 31/12/2040; 250.000 m³/dia de 01/01/2041 a 31/12/2042; PUT de 260.000 m³/dia do início de vigência a 31/12/2022. A Companhia está obrigada contratualmente a adquirir e retirar a quantidade diária programada e, mesmo que não retire, pagar a penalidade de compromisso de retirada à vendedora, sendo que as partes envidarão esforços para corrigir eventuais desvios de compromisso de retirada por meio da compensação da programação do gás nos dias subsequentes.

Além dos contratos com a Petrobras e GALP, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes), com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. - GásLocal, celebrados em 2014 e 2020 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014 e aditivado em 16 de julho de 2019:
 - Vigência: 28 de janeiro de 2024.
 - Quantidade de gás contratada: 3.633 m³/dia para todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).
- Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito para atendimento à Extrema celebrado em 06 de agosto de 2020:
 - Vigência: 09 de agosto de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 24.667 m³/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.667 m³/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a GásLocal têm o compromisso de atender às quantidades contratadas, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia tem os contratos de fornecimento de serviços celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 590.950 m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.
- Contrato de serviço de distribuição de gás, cujo objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 1.100.000 m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 14 de julho de 2022 a 13 de julho de 2027, à Usina Termelétrica Ibiriterno.

Nesta modalidade, as termelétricas são responsáveis por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, e a Gasmig é a responsável pela distribuição, observadas as resoluções do ambiente de contratação livre e os termos do contrato de serviço de distribuição padrão.

As receitas desse serviço são reconhecidas mensalmente, quando há o serviço de distribuição, e mensuradas com base no volume de gás contratado e distribuído.

Contratos de vendas e serviços para o mercado não térmico

A Gasmig, cujo órgão regulador é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede/MG, celebra contratos de fornecimento de gás com clientes e aplica as tarifas vigentes, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. Os clientes são agrupados conforme categoria tarifária, a saber:

- Consumidores Automotivos (GNV-01) - trata-se de tarifa específica para fornecimento de Gás Natural Veicular - GNV a consumidores do segmento automotivo, incluídos revendedores de combustíveis automotivos, consumo em frota própria de veículos automotores (inclusive os veículos automotores fora de estrada) e consumo para transporte público. Adicionalmente, há a categoria de GNV Frotista, composta por clientes que possuem frota cativa de veículos para uso regular, urbano ou rodoviário e/ou fora de estrada, que consomem o Gás Natural exclusivamente para fins automotivos na própria sua frota, não havendo a incidência de ICMS-ST. Conforme definido na Resolução 47 da Sede/MG de 30 de setembro de 2022, a margem do GNV será calculada semanalmente e terá vigência até 31 de dezembro de 2023.
- Consumidores Industriais (IND-01) - composto por indústrias com consumos a partir de 25.000 m³/mês. Os contratos têm previsão de tarifa de demanda e tarifa de energia, com definição de cláusula de cobrança de demanda mínima em relação ao volume contratado, além da quantidade de gás consumido. O faturamento é quinzenal e apurado em cascata específica, homologada pelo órgão regulador.
- Consumidores Comercial e Industrial (CI-01) - composto por clientes não residenciais de qualquer consumo, ou indústrias que contratem volumes inferiores a 25.000m³ mensais.
- Consumidores Residenciais - individual (RIND-01) - coletivo (RCOL-01) - composto por clientes residenciais em habitações individuais ou em condomínios.
- Consumidores de Gás Natural Comprimido - GNC (GNC/GNL-01) - composto por comercializadores de GNC para fins industriais na forma de gás natural comprimido, ou gás natural liquefeito, credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- Consumidores Cogeração (COG/CLI-01) - composto por clientes com consumo destinado à cogeração, climatização e geração elétrica distribuída.

Contrato de Serviço de Distribuição com a Gerdau Açominas. Nesta modalidade, o consumidor é o responsável por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, sendo a Gasmig a responsável pela distribuição. O prazo do contrato é de 12 meses com início de fornecimento em 01 de janeiro de 2023.

Observando as resoluções do ambiente de contratação livre e os termos do contrato de serviço de distribuição, as receitas desse serviço são reconhecidas mensalmente, quando há o serviço de distribuição e mensuradas com base no volume de gás contratado e distribuído.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os números citados nas tabelas deste documento são em milhares de reais.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas utilizadas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes (provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa e receita não faturada);
- Nota 9.b - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 11 - Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato;
- Nota 12 – Arrendamentos;
- Nota 16 - Provisões para riscos;
- Nota 18 - Planos de benefícios a empregados;
- Nota 24 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de

performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte. As receitas de distribuição são calculadas com base nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as receitas são reconhecidas.

Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Para a Gasmig, a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a margem da Companhia no registro de suas receitas de construção é zero, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

b) Moeda estrangeira - transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

- Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado;
- Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

d) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e notas promissórias, obrigações de arrendamentos e fornecedores.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata com a instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor caso sejam resgatadas em até 90 dias após a data da aplicação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

f) Títulos e valores mobiliários e outros investimentos

Operações financeiras contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas, inicialmente, pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para realizar a análise de recuperabilidade das contas a receber, a Companhia adota uma abordagem simplificada, considerando que os saldos das suas contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos,

e a expectativa de perda se dá com base na análise individualizada das parcelas não faturadas, vencidas e a vencer dos clientes, considerando os valores renegociados, bem como a assiduidade e histórico dos pagamentos.

h) Capital social e distribuição de lucros

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto Social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

i) Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato

Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção, equivalentes aos novos ativos, são registradas, inicialmente, como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no valor justo da indenização prevista no contrato de concessão.

j) Ativo intangível

Compreende os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas e o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como

resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

m) Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão apresentadas como redutoras do ativo intangível. São classificadas, inicialmente, na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais - participações financeiras, do grupo não circulante.

As Obrigações especiais - participações financeiras são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis.

n) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando, então, o tributo é devidamente apurado.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia, periodicamente, a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

o) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais

serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis.

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Este benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Misto e do plano de saúde ProSaúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

q) Operações com arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor que são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 11 destas demonstrações financeiras.

Os demais arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é classificado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o

prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são, inicialmente, mensurados com base no valor presente. Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia.

3.1 Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

CPC 25/IAS 37 – vigência 01/01/2022 - Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

CPC 27/IAS 16 - vigência 01/01/2022 - Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.

CPC 15/IFRS 3 – vigência 01/01/2022 - além das mudanças relacionadas à estrutura conceitual, que não alteraram significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.

Essas alterações não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis.

As principais alterações nas normas emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

- IFRS 17 - Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017 - A norma, ainda não emitida no Brasil, fornece um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.
- IAS 1/CPC 26 - Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, dentre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças

em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

- IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis.
- IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento - Vigência 01/01/2023 -Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.

Para as alterações em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	8	4
Contas correntes	1.933	1.530
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	512.086	423.328
Total de caixa e equivalentes de caixa	514.027	424.862

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em fundos fixos das unidades, contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

As aplicações financeiras em operações compromissadas são lastreadas em CDBs e Debêntures, remuneradas por taxas variáveis, em média, 104,22% do CDI, em 31 de dezembro de 2022 (105,56% do CDI, em 31 de dezembro de 2021), tendo como emissores bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
CDB	127.051	41.997
Títulos públicos (LFT)	-	9.244
	<u>127.051</u>	<u>51.241</u>
Circulante		51.241
Não circulante	127.051	-

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados por taxas de 6,8% mais IPCA.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 2.

6. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Grandes volumes	223.206	161.450
Automotivo (gás veicular)	10.115	9.892
Gás Natural Comprimido (GNC)	7.494	2.369
Residencial	12.946	10.793
Usinas termelétricas	45.552	35.535
Cogeração	4.323	6.718
Comercial e Industrial de menor consumo	11.105	9.323
Provisão para perdas de crédito esperada	(8.050)	(7.991)
Total líquido de contas a receber	<u>306.691</u>	<u>228.089</u>

As contas a receber por prazo de vencimento estão demonstradas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	217.181	156.409
Vencidos:		
Até 30 dias	13.880	5.543
De 31 a 60 dias	31.291	589
De 61 a 90 dias	4.133	515
De 91 a 180 dias	1.937	601
Acima de 180 dias	17.409	15.816
Provisão para perda de crédito esperada	(8.050)	(7.991)
Subtotal	<u>277.781</u>	<u>171.482</u>
Receita não faturada	28.910	56.607
Total líquido de contas a receber	<u>306.691</u>	<u>228.089</u>

A Companhia tem o controle individualizado das parcelas vencidas e a vencer dos clientes e revisa, trimestralmente, a expectativa de perdas, considerando os valores renegociados, a assiduidade e histórico dos pagamentos.

A provisão para perdas de crédito esperada está segregada conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Grandes volumes	4.748	5.114
Automotivo (gás veicular)	1.348	1.348
Gás Natural Comprimido (GNC)	284	176
Comercial e Industrial de menor consumo	1.485	1.224
Residencial	185	129
Total PCLD	<u>8.050</u>	<u>7.991</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

Em relação ao aumento dos valores dos títulos vencidos até 30 dias e vencidos de 31 a 60 dias, a Companhia realizou cobrança administrativa de notas fiscais emitidas para dois clientes livres e as negociações para pagamento estão em andamento, sendo que, até a aprovação da emissão dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não identificou alteração no risco de crédito destes clientes.

As contas a receber estão registradas pelo custo amortizado, o qual não difere significativamente do correspondente valor de mercado estimado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 24.

A movimentação do saldo da provisão para perdas de crédito esperada é como segue:

Saldo em 31/12/2020	7.876
Adições	570
Reversões/ Baixas	(455)
Saldo em 31/12/2021	7.991
 Saldo em 31/12/2021	 7.991
Adições	535
Reversões/ Baixas	(476)
Saldo em 31/12/2022	8.050

7. Tributos a Recuperar

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes da aquisição de gás natural, de materiais e de demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS - rede de distribuição	1.430	1.293
ICMS - compra de gás e outros	14.785	10.388
Total	16.215	11.681
 Circulante	 14.785	 10.388
Não Circulante	1.430	1.293

8. Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a Restituir a Consumidores

Em agosto de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic. A Companhia obteve também liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 22 de outubro de 2019, por meio da correspondência nº CT-136/19, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás informou à Gasmig acerca do trânsito em julgado da ação nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que teve por objeto a declaração do direito das distribuidoras associadas de excluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS. A partir de fevereiro de 2020, a Gasmig aproveitou os efeitos da sentença da Abegás e deixou de incluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS, deixando ainda de realizar os depósitos referentes à controvérsia.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu julgamento dos embargos de declaração opostos no RE nº 574.706, sedimentando o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal é que deverá ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, atribuindo, portanto, certeza ao evento.

Tendo em vista o reconhecimento, pela Fazenda Nacional, de que o ICMS a ser excluído do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, a Gasmig reconheceu os créditos tributários para promover a habilitação do indébito e o levantamento dos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado dos créditos de PIS e da COFINS sobre ICMS reconhecidos pela Companhia monta R\$245.421.

Baseados na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de janeiro de 2013 a janeiro de 2020 (mês em que a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS), líquido de PIS e COFINS incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS e COFINS aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Minas Gerais (Sede/MG). Em 31 de dezembro de 2022, os valores a serem restituídos a consumidores monta R\$175.874.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A partir do trânsito em julgado, a Gasmig iniciou os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2022	31/12/2021
A recolher		
Imposto de renda	(144.994)	(100.472)
Contribuição social	(53.764)	(37.997)
	(199.758)	(138.469)
A recuperar		
Antecipações de imposto de renda	85.687	65.396
Antecipações de contribuição social	52.445	36.467
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	18.932	4.209
	157.064	106.072
Total de imposto de renda e contribuição social a recolher	(41.694)	(32.397)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos de forma líquida.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022.

Diferenças temporárias	2022	2021
Provisão para contingências judiciais, trabalhistas e ambientais	2.157	2.438
Provisão para perda de ativos	1.406	1.406
Provisão atuarial	1.832	1.436
Outros resultados abrangentes	4	595
Outras diferenças temporárias	77	60
Adições temporárias	5.476	5.935

Atualização do ativo financeiro da concessão	(6.090)	(5.457)
Ação relacionada à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS:		
Atualização dos depósitos judiciais (nota 16)	(7.950)	(6.337)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	(17.167)	(12.419)
Atualização do ativo financeiro (1)	(34.725)	(37.241)
Arrendamentos	-	(466)
Exclusões temporárias	(65.932)	(61.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(60.456)	(55.985)

- (1) Refere-se à atualização do ativo financeiro, não tributado quando incorrido, que será tributado simultaneamente à realização do ativo financeiro, este por sua vez ora transferido para o ativo intangível mediante a renovação da concessão. A Amortização ocorre conforme o prazo de concessão.

A movimentação dos impostos diferidos é:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2021	4.425	(45.529)	1.510	(16.391)
Provisão Atuarial	240	-	87	-
Provisão para contingências judiciais	(208)	-	(74)	-
Arrendamentos	12	342	5	124
Outros resultados abrangentes	(383)	-	(138)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	1.850	-	666
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(465)	-	(167)
Atualização depósitos judiciais	-	(1.186)	-	(427)
Atualização crédito tributário judicial (Nota 8)	-	(3.492)	-	(1.257)
31 de dezembro de 2022	4.086	(48.480)	1.390	(17.452)

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2020	3.400	(36.512)	1.141	(13.145)
Provisão Atuarial	278	-	100	-
Provisão para contingências judiciais	896	-	323	-
Outros resultados abrangentes	(149)	-	(54)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	1.850	-	666
Arrendamentos	-	(2)	-	(1)
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(1.294)	-	(466)
Atualização depósitos judiciais	-	(440)	-	(158)
Atualização crédito tributário judicial (Nota 8)	-	(9.131)	-	(3.287)
31 de dezembro de 2021	4.425	(45.529)	1.510	(16.391)

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	683.939	510.236
Juros sobre capital próprio	(65.187)	(62.229)
Subtotal	618.752	448.007
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(210.376)	(152.322)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	4.768	5.493
Contribuições e doações indedutíveis e outras diferenças permanentes	(592)	(2.661)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(206.200)	(149.490)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(202.250)	(138.825)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.950)	(10.665)
Alíquota efetiva do imposto	33%	33%

10. Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Arrendamento – Direito de uso (6)	3.653	893
Total de ativos	3.653	893
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Salários, provisões, encargos e contribuições sociais (1)	104	561
Previdência privada - FORLUZ (2)	3.344	1.635
Plano de saúde - CEMIG SAÚDE (3)	482	444
Serviços - Axxiom (4)	87	87
Serviços - Sonda (7)	585	-
Aluguel e Condomínio a pagar - CEMIG (6)	469	557
Arrendamento – Obrigações (6)	3.731	917
Benefícios Pós- Emprego (5)	7.307	5.953
Total de passivos	16.110	10.154
	2022	2021
Resultado		
Despesas		
Despesas com pessoal (1)	4	1.373
Despesas com previdência privada (2)	6.123	4.156
Despesas com serviços e plano de saúde (3)	2.222	1.962
Despesas com serviços - Axxiom (4)	140	136
Despesas com serviços - Sonda (7)	664	-
Despesa com Aluguel – FORLUZ (6)	(292)	422
Despesas com Aluguel e Condomínio – CEMIG (6)	488	308
Provisão Atuarial (5)	961	1.092
Total de despesas	10.310	9.449

(1) O saldo refere-se a provisões e valores líquidos a pagar à CEMIG, relativos aos empregados cedidos à Gasmig.

- (2) A Gasmig é uma das patrocinadoras do Plano “B”, plano misto de previdência privada administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é afetado pela contribuição sobre 13º salário e cláusulas ACT.
- (3) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano ProSaúde Integrado - PSI, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. A Companhia possui contrato de prestação de serviços com a CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados.
- (4) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Axxiom Soluções Tecnológicas SA para manutenção do sistema de geoprocessamento.
- (5) Provisões atuariais para honrar compromissos futuros que a Companhia possui por ser patrocinadora dos planos ProSaúde Integrado - PSI e Plano Odontológico - POD.
- (6) Valores relativos ao contrato de aluguel do imóvel da Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, pertencente à FORLUZ e arrendado pela sua controladora CEMIG. As condições contratuais para utilização do referido imóvel foram assinadas em 01 de junho de 2021, com prazo de vigência de 60 meses e cláusula contratual de reajuste anual conforme índice IPCA. Maiores detalhes, vide nota 12.
- (7) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Sonda Procwork Informática Ltda de serviços técnicos especializados na plataforma SAP.

Remuneração aos Administradores

A Gasmig remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	2022		2021	
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Honorários	394	345	251	365
INSS	79	69	50	73
Total	473	414	301	438

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Gasmig recebeu, a título de remunerações, o montante de R\$3.565 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.567 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

11. Ativo de Concessão - Ativo Financeiro, Intangível e de Contrato

O Contrato de Concessão dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Gasmig, em 27 de julho de 1995, regulamenta a exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado pela Companhia, no qual:

- (i) Estabelece quais serviços o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- (ii) Estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores. Para cumprir essas obrigações, o concessionário realiza constantemente investimentos na rede de distribuição;
- (iii) Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura serão revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;
- (iv) O preço é regulado por meio de mecanismos de tarifa estabelecidos em contrato e homologados pelo poder concedente; e
- (v) Todos os bens, equipamentos, canalizações e medidores utilizados na distribuição do gás, assim como quaisquer outros bens móveis e imóveis adquiridos, por qualquer forma, inclusive veículos e máquinas, utensílios, mobiliários e linhas telefônicas, entre os quais os realizados com a contribuição de poderes públicos, entes privados ou de qualquer usuário pertencerão única e exclusivamente à Gasmig,

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um

ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, cujo valor justo equivale ao seu custo de construção atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme determina o contrato de concessão; e

- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

A infraestrutura construída pela concessionária é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) parte por meio do consumo de gás natural pelos clientes (faturamento mensal de gás natural circulado/vendido); e
(b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Os novos ativos, registrados inicialmente como ativos de contrato conforme previsto pelo CPC 47 / IFRS 15, são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo de Contrato de Concessão são transferidos para o ativo intangível. A Companhia realiza análise dos prazos de vida útil e, identificado prazo superior à vigência contratual, ocorre a classificação dos valores não amortizáveis dentro do Contrato na conta de ativo financeiro a receber do poder concedente ou alguém por ele determinado.

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

a) Ativo financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo financeiro		
Servidões permanentes	17.568	16.010
Terrenos	19.377	18.376
Total do ativo financeiro da concessão	36.945	34.386

b) Ativo de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos de contrato		
Construção e expansão de ramais	97.540	76.491
Material em depósito	19.648	18.646
Total do ativo de contrato de concessão	117.188	95.137

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato de cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando a existência de uma obrigação de desempenho vinculada à sua finalização.

O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito, corresponde, substancialmente, às aquisições de tubos, materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão ainda em andamento.

c) Ativo Intangível

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ativo intangível						
Ativos em operação	2.484.432	(739.836)	1.744.596	2.450.612	(653.962)	1.796.650
(-) Obrigações especiais	(61.063)	49.137	(11.926)	(60.440)	45.180	(15.260)
Ativo intangível de concessão em serviço	2.423.369	(690.699)	1.732.670	2.390.172	(608.782)	1.781.390

Os ativos intangíveis, cujos períodos e os métodos de amortização são revisados no mínimo anualmente, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida.

As movimentações do ativo de concessão (financeiro, intangível e de contrato) da Companhia aconteceram conforme o quadro a seguir:

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2021	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2022
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		16.010	323	857	-	378	17.568
Softwares	5	42.310	-	-	-	6.909	49.219
Terrenos		18.376	-	1.001	-	-	19.377
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	18.305	-	-	-	696	19.001
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	129.692	-	-	(1.025)	5.632	134.299
Tubulações	30	1.357.637	-	-	(708)	22.189	1.379.118
Móveis	10	1.887	-	-	(2)	60	1.945
Equipamentos processamento de dados	5	4.784	-	-	(86)	248	4.946
Veículos	5	681	-	-	(93)	-	588
Ativo de contrato (obras em andamento)		95.137	61.398	-	(3.235)	(36.112)	117.188
Total do custo		2.580.135	61.721	1.858	(5.149)	-	2.638.565
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(60.348)	(26.735)	-	-	-	(87.083)
Softwares		(33.369)	(4.463)	-	-	-	(37.832)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(5.883)	(784)	-	-	-	(6.667)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(1.985)	(313)	-	-	-	(2.298)
Máquinas e equipamentos		(79.594)	(6.512)	-	625	-	(85.481)
Tubulações		(467.294)	(47.610)	-	284	-	(514.620)
Móveis		(1.306)	(115)	-	2	-	(1.419)
Equipamento processamento de dados		(3.557)	(389)	-	85	-	(3.861)
Veículos		(626)	(42)	-	93	-	(575)
Total da amortização acumulada		(653.962)	(86.963)	-	1.089	-	(739.836)
Subtotal		1.926.173	(25.242)	1.858	(4.060)	-	1.898.729
Obrigações especiais		(60.440)	(623)	-	-	-	(61.063)
(-) Obrigações especiais		45.180	3.957	-	-	-	49.137
Total do ativo de concessão líquido		1.910.913	(21.908)	1.858	(4.060)	-	1.886.803

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2020	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2021
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		13.581	28	2.401	-	-	16.010
Softwares	5	41.922	-	-	-	388	42.310
Terrenos		15.602	-	2.774	-	-	18.376
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	17.313	-	-	-	992	18.305
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	117.892	-	-	(380)	12.180	129.692
Tubulações	30	1.320.773	-	-	-	36.864	1.357.637
Móveis	10	1.881	-	-	-	6	1.887
Equipamentos processamento de dados	5	4.095	-	-	(147)	836	4.784
Veículos	5	665	-	-	-	16	681
Ativo de contrato (obras em andamento)		94.115	56.610	-	(4.306)	(51.282)	95.137
Total do custo		2.523.155	56.638	5.175	(4.833)	-	2.580.135

Amortização acumulada

Bônus de outorga	(33.614)	(26.734)	-	-	-	(60.348)
Softwares	(28.528)	(4.841)	-	-	-	(33.369)
Edificações - obras civis e benfeitorias	(5.120)	(763)	-	-	-	(5.883)
Benfeitorias em propriedades arrendadas	(1.671)	(314)	-	-	-	(1.985)
Máquinas e equipamentos	(73.764)	(6.072)	-	242	-	(79.594)
Tubulações	(420.447)	(46.847)	-	-	-	(467.294)
Móveis	(1.191)	(115)	-	-	-	(1.306)
Equipamento processamento de dados	(3.394)	(303)	-	140	-	(3.557)
Veículos	(561)	(65)	-	-	-	(626)
Total da amortização acumulada	(568.290)	(86.054)	-	382	-	(653.962)
Subtotal	1.954.865	(29.416)	5.175	(4.451)	-	1.926.173
Obrigações especiais	(59.216)	(1.224)	-	-	-	(60.440)
(-) Obrigações especiais	41.107	4.073	-	-	-	45.180
Total do ativo de concessão líquido	1.936.756	(26.567)	5.175	(4.451)	-	1.910.913

Servidões permanentes e terrenos não possuem vida útil definida, já o bônus pela outorga e demais ativos da concessão são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

12. Arrendamento

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seus contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado e a movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985	765	1.750
Adição	8.596	9.689	18.285
Amortização	(961)	(779)	(1.740)
Baixa	(4.476)	(3231)	(7.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.144	6.444	10.588

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo da Companhia de 11,68%.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	<u>Imóveis e Veículos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.878
Adição	18.285
Juros incorridos	606
Pagamentos efetuados	(2.129)
Baixa	(8.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.637
Passivo circulante	2.236
Passivo não circulante	8.401

O direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	13.496	10.637
PIS e COFINS potencial	1.248	984

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/ IFRS 16. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados anualmente pelo IGP-M. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

2023	3.305
2024-2026	3.305
2025	3.305
2026	3.306
Valores não descontados	13.221
Juros embutidos	(2.584)
Total	10.637

13. Debêntures

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os contratos de debêntures, que são mensurados pelo custo amortizado.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver Nota Explicativa nº 24.

Agente financeiro	Encargos anuais	31/12/2022		31/12/2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Privadas 2014 (BNDESPAR) – 4ª emissão	TJLP/SELIC $\cong$	-	-	30.202	-
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 7ª emissão	1,50% + CDI = 10,65%	20.023	-	20.049	20.000
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 8ª emissão	5,27% + IPCA = 15,33%	20.225	1.023.716	18.915	967.530
		40.248	1.023.716	69.166	987.530
	(-) Custos de transação	(2.253)	(17.278)	(2.253)	(19.531)
		37.995	1.006.438	66.913	967.999

As quantias registradas no passivo circulante englobam o principal da dívida, vincendo nos doze meses seguintes, e juros provisionados e ainda não pagos no exercício.

Saldo da dívida em 31/12/2021	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2022
1.034.912	2.253	115.002	(58.231)	(49.503)	1.044.433

Saldo da dívida em 31/12/2020	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2021
987.655	2.254	145.758	(50.386)	(50.369)	1.034.912

Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia quitou o financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES relativo à quarta emissão de debêntures.

A Oitava Emissão de Debêntures Públicas (CVM 476/09), com a captação de R\$850.000 à taxa de 5,27% + IPCA com vencimento em setembro de 2031, tem pagamento de juros semestrais e as amortizações serão anuais a partir de 2024.

A seguir, é apresentado o cronograma anual de amortizações dos valores principais captados (ver na Nota Explicativa nº 25, o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

	2023	2024	2025	2026	2027-2031	Total
Amortizações do principal	40.248	108.393	114.415	120.437	680.471	1.063.965
Amortização dos custos da transação	(2.253)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(10.516)	(19.532)
Amortização líquida	37.995	106.139	112.161	118.183	669.955	1.044.433

Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

As “Escrituras da 7ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de três indicadores anuais, a saber:

- Endividamento Geral, calculado por meio da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor ou igual a 0,60;
- EBITDA/Resultado Financeiro Líquido, onde Resultado Financeiro Líquido é o somatório de juros e despesas financeiras deduzido das receitas financeiras. É requerido um resultado igual ou maior que 2,5, ressalvado quando as receitas financeiras forem superiores às despesas financeiras, hipótese em que este indicador não deve ser calculado; e
- Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 2,5.

Adicionalmente, as “Escrituras da 8ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de dois indicadores anuais, a saber:

- EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida são os juros e despesas financeiras deduzidos das receitas financeiras. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3; e
- Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas pela Emissora, deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 3.

Todas as cláusulas financeiras restritivas, as quais são apuradas apenas ao final de cada exercício, foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Encargos Financeiros Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Gasmig incorporou ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos das debêntures vinculados a obras em andamento, conforme abaixo:

	2022	2021
Encargos de debêntures	115.002	145.758
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão		
- intangível e ativo de contrato	(5.426)	(2.362)
Efeito líquido no resultado	109.576	143.396

Os valores dos encargos incorporados à infraestrutura da concessão não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

14. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de gás	277.750	227.683
Fornecedores de serviços e materiais	10.899	21.621
	288.649	249.304

15. Tributos a Recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	7.551	4.144
INSS retenções de pessoas jurídicas	406	306
Outros	935	582
	8.892	5.032

16. Provisões para Riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As contingências tributárias envolvem os tributos federais e estaduais em questionamento sobre alíquotas, base de cálculo e da cobrança indevida dos tributos nos diversos aspectos legais e operacionais.

As questões trabalhistas envolvem empregados, ex-empregados, mão de obra contratada por empresas terceirizadas (parceiras) e sindicatos que contestam índices de reajuste, pagamento de pretensos direitos trabalhistas e outras possíveis indenizações relacionadas ao trabalho.

Nas ações cíveis, são questionadas indenizações por direitos de passagem de gasodutos, reajustes, atualização de cálculos de servidões, danos materiais e morais, com base em motivos diversos e outros assuntos discutidos na justiça.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, bem como nas situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para cobrir as perdas estimadas.

a) Composição das provisões para riscos

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas e ambiental	6.342	7.171
Tributárias	3.875	2.831
	10.217	10.002

A movimentação das provisões encontra-se apresentada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Estornos e/ou reversões	Saldos em 31/12/2022
Trabalhistas e ambiental	7.171	3.448	(4.277)	6.342
Tributárias	2.831	1.044	-	3.875
	10.002	4.492	(4.277)	10.217

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Estornos e/ou reversões	Saldos em 31/12/2021
Trabalhistas e ambiental	3.585	5.434	(1.848)	7.171
Tributárias	1.158	1.673	-	2.831
	4.743	7.107	(1.848)	10.002

Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pela administração, assessorada por seus assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$216.266 em 31 de dezembro de 2022 (R\$150.080 em dezembro de 2021), com as seguintes naturezas jurídicas:

	31/12/2022	31/12/2021
Administrativas	4	628
Tributárias	190.271	146.405
Cíveis	3.720	1.615
Trabalhistas	22.271	1.432
	216.266	150.080

Auto de infração - Contribuições Previdenciárias sobre participação nos lucros e resultados

Em 28 de outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia no montante de R\$ 5.143, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados dos anos de 2015 a 2017, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores.

A Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos e por entender ter argumentos de mérito e conjunto probatório para sua defesa, avaliou a probabilidade de perda como possível e não constituiu provisão relacionada ao assunto, cuja contingência, atualizada pela Selic até 31 de dezembro de 2022, monta R\$6.052.

Auto de infração- Base de cálculo quanto ao Imposto sobre circulação de mercadoria vendida

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Companhia no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$182.058 (R\$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

b) Depósitos judiciais por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS na base do PIS e da COFINS	66.978	61.999
Outros	3.551	3.928
	70.529	65.927

ICMS na base do PIS e da COFINS

Os depósitos judiciais se referem à exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS realizados até fevereiro de 2020 e continuam registrados no ativo não circulante, no montante de R\$66.978 em 31 de dezembro de 2022 (R\$61.999 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8.

17. Direitos de Retirada e Obrigações de Entrega de Gás

Os saldos, no ativo, são os direitos de retirada futura de gás pela Companhia, reconhecidos nas contas de adiantamento a fornecedores, no circulante e não circulante.

Direitos de retirada	31/12/2022	31/12/2021
Não térmico – circulante	6.730	-
Térmicas – circulante	-	11.299
	6.730	11.299

Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são direitos de retirada futura de gás não térmico.

A Companhia apresenta, no passivo, suas obrigações referentes às obrigações de entrega futura de gás.

Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a Gasmig reconhece o compromisso de entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

Obrigações de entrega	31/12/2022	31/12/2021
Não térmico – circulante	8.904	34
Térmicas – circulante	-	11.299
	8.904	11.333
Não térmico – não circulante	79.515	76.311
	79.515	76.311

18. Planos de Benefícios a Empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde e odontológico.

Previdência complementar - Forluz

A Gasmig é copatrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, copatrocinado pela Companhia, denominado “Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B”, oferece benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT; (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI; (iii) Abono Anual - AA; (iv) Renda Continuada por Morte - RCM; e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das patrocinadoras para este Plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas por meio do cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do Plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesas com Pessoal.

Assistência Médica - Cemig Saúde

Em 2010, foi criada a empresa Cemig Saúde, uma entidade de autogestão para operar o Prosaúde Integrado da Cemig (PSI) e de algumas empresas do Grupo Cemig. Este plano de saúde, com cobertura médica e odontológica, é mantido por contribuições dos participantes ativos, aposentados e de suas patrocinadoras, como um benefício da política de Recursos Humanos da Cemig.

A Companhia é copatrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados. Os valores das contribuições aos planos previdenciários, de saúde e odontológico são determinados anualmente pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Plano Odontológico de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a Empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2022.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2023 é como segue:

	Plano Previdenciário	Plano de Saúde	Plano Odontológico
Custo do serviço corrente	16	424	14
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	112	615	19
Rendimento esperado dos ativos do plano	(117)	-	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	5	-	-
Despesa (receita) a reconhecer até o fim do exercício seguinte	16	1.039	33

As principais premissas atuariais utilizadas na avaliação do passivo atuarial são conforme segue:

	2022	2021
Taxa real anual de descontos	6,18% a.a.	5,43% a.a
Taxa nominal anual de desconto	11,82% a.a.	10,73% a.a
Taxa anual de longo prazo de inflação	5,13% a.a.	5,03% a.a
Rotatividade no Plano de Aposentadoria	Nula	Nula
Rotatividade no Plano de Saúde	Nula	Nula
Projeção crescimento real de salário	3,00% a.a	2,36% a.a
Fator de capacidade (salário e benefício)	98%	98,66%
Composição familiar	Dados reais	Dados reais
Tábua Mortalidade Geral	AT2000 (Suavizada 10% com desagravo de 20%) por sexo	AT2000 (Suavizada 10% com desagravo de 20%) por sexo
Tábua Mortalidade de Inválidos	MI - 85 Female	MI - 85 Female
Tábua Entrada Invalidez	Tábua Tasa 1927 com agravo de 100%	Tábua Tasa 1927 com agravo de 100%

Os resultados apurados foram os seguintes:

Plano de Aposentadoria

Estatísticas dos participantes

População	2022	2021
Participantes ativos	150	156
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	44	43
1.2. Serviço creditado médio	12	11,5
Salários e benefícios		
1. Participantes ativos		
1.1. Salário médio em R\$	14.299	12.347

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2022	2021
Ações	-	-
Títulos de Renda Fixa	76,01%	75,96%
Imóveis	1,75%	1,49%
Outros	22,24%	22,55%
Total	100,00%	100,00%

Os valores apurados referentes ao plano de aposentadoria são como segue:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(978)	(1.651)
Valor justo dos ativos do plano	1.017	1.657
(Déficit)/superávit para cobertura do plano	39	6
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido no fim do exercício	39	6

As movimentações ocorridas seguem:

Reconhecimento dos Custos do Plano B no Exercício

1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	193
2 Custo do serviço passado	(353)
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	175
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	(176)
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(160)

2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	775
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(636)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	32
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	172

3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	(457)
2 (Ganhos)/perdas no exercício	172
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	(285)

A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade para o Plano de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2022:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(80)	(8,22%)
	Redução de 0,5%	92	9,42%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	1	0,14%
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	10	1,05%
	Redução de 0,5%	(9)	(0,97%)

Plano de Saúde

Estatísticas dos participantes

População	2022	2021
Participantes ativos	145	150
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	43	42
1.2. Serviço creditado médio	11	10

Os valores apurados referentes ao Plano de Saúde são como segue:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(5.214)	(5.771)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(5.214)	(5.771)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(5.214)	(5.771)

Reconhecimento dos Custos do Plano de Saúde no Exercício

1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	507
2 Custo do serviço passado	-
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	618
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	1.124

2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(1.654)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.654)

3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	1.691
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(1.654)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	307

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o Plano de Saúde em 31 de dezembro de 2021:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(552)	(10,58%)
	Redução de 0,5%	643	12,33%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	87	1,67%
	Redução de 1 ano	(90)	(1,73%)
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	646	12,39%
	Redução de 0,5%	(557)	(10,69%)

Plano Odontológico

Os resultados do estudo atuarial são apresentados a seguir, comparativamente a 2021:

Estatísticas dos participantes

População	2022	2021
Participantes ativos	145	88
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	43	40
1.2. Serviço creditado médio	11	11

Os valores apurados referentes ao Plano Odontológico são como segue:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(165)	(182)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(165)	(182)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(165)	(182)

Reconhecimento dos Custos do Plano Odontológico no Exercício

1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	17
2 Custo do serviço passado	-
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	20
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	36

2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(53)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(53)

3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	43
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(53)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	(9)

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o plano odontológico em 31 de dezembro de 2022:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(19)	(11,69%)
	Redução de 0,5%	23	13,75%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	3	1,57%
	Redução de 1 ano	(3)	(1,63%)
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	23	13,89%
	Redução de 0,5%	(20)	(11,87%)

Segue a movimentação dos passivos atuariais descritos:

	2021	Custos serviço corrente	Despesa do exercício	Outros resultados abrangentes	2022
Plano de saúde	5.771	1.124	(27)	(1.654)	5.214
Plano odontológico	182	37	(1)	(53)	165
Previdência privada	0	(160)	(11)	171	0
	5.953	1.001	(39)	(1.535)	5.379
Imposto de renda diferido				384	
Contribuição social diferida				138	
				(1.013)	

	2020	Custos serviço corrente	Despesa do exercício	Outros resultados abrangentes	2021
Plano de saúde	5.285	925	(11)	(428)	5.771
Plano odontológico	175	31	-	(24)	182
Previdência privada	0	155	(9)	(146)	0
	5.460	1.111	(20)	(598)	5.953
Imposto de renda diferido				149	
Contribuição social diferida				54	
				(395)	

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Benefício aos empregados	Duração	Taxa de Desconto Real e Anual
Plano B	19,62	6,18%
Plano de Saúde	25,44	6,18%
Plano Odontológico	28,07	6,18%

Seguro de Vida em Grupo

A Gasmig também patrocina Seguro de Vida em Grupo para seus empregados e estagiários com a Mapfre Vida S/A. No entanto, de acordo com o estipulado nos contratos entre a Gasmig e a seguradora já citada, este benefício é garantido apenas durante o período em que o empregado ou estagiário estiver em atividade na empresa. Portanto, não gera obrigações pós-emprego.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$665.430. O capital é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Energética de Minas Gerais	152.151	99,1	153.471	100	305.622	99,6
Município de Belo Horizonte	1.320	0,9	-	-	1.320	0,4
Total em 31/12/2022	153.471	100	153.471	100	306.942	100

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Energética de Minas Gerais	202.868	99,1	204.627	100	407.495	99,6
Município de Belo Horizonte	1.760	0,9	-	-	1.760	0,4
Total em 31/12/2021	204.628	100	204.627	100	409.255	100

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada:

- a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, nos casos em que ocorra tal reembolso;
- o recebimento de dividendo mínimo, por ação preferencial, em igualdade de condições ao atribuído a cada ação ordinária; e
- prioridade no recebimento dos dividendos, correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do Patrimônio Líquido da ação, conforme art. 17 da Lei das Sociedades por Ações.

No dia 07/03/2022, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou grupamento de ações (*inplit*), na proporção de 4 para 3. O grupamento não acarretou alterações nos percentuais de participação dos acionistas no capital social total da Gasmig e nem em suas respectivas participações nas espécies de ações (ordinárias e preferenciais).

b) Reservas de lucros

A seguir, é demonstrada a composição da conta reserva de lucros:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal (i)	128.176	104.289
Reserva de lucros a realizar (ii)	65.517	70.403
Reserva de retenção de lucros (iii)	121.805	226.083
Dividendos adicionais propostos (iv)	344.053	156.418
	659.551	557.193

i) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

ii) *Reserva de lucros a realizar*

Com a renovação do Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a reconhecer a realização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

iii) *Reserva de retenção de lucros*

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. Essas retenções de lucros foram devidamente aprovadas pelos acionistas da Companhia em anos anteriores, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do Art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. No dia 28 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária – AGO aprovou a distribuição aos acionistas, sob a forma de dividendos, de R\$104.276 que foram transferidos dessa reserva para conta do passivo, correspondentes a 30% do lucro líquido apurado no exercício de 2021. No dia 28 de dezembro de 2022, os referidos dividendos foram pagos aos acionistas.

iv) *Dividendos adicionais propostos*

Em 14 de março de 2023, a Administração propôs a distribuição de dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente. Esses recursos foram mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela AGO, a ser realizada até 30 de abril de 2023.

c) Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Numerador	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	238.869	180.373
Lucro disponível aos acionistas ordinários	238.870	180.373
	477.739	360.746
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	162.465	162.465
Média ponderada de número de ações ordinárias	162.466	162.466
Total	324.931	324.931
Resultado básico e diluído por ação, em reais		
Preferencial	1,4703	1,1102
Ordinária	1,4703	1,1102

d) Dividendos e Juros sobre capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório determinado pelo *caput* do Art. 43 do Estatuto Social da Companhia é de 25% sobre o lucro disponível para distribuição, apurado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Quando a Companhia declara juros sobre o capital próprio, estes são computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório e contabilizados em despesas financeiras, observadas as disposições contidas na Lei nº 9.249/95. Para efeito de demonstração, os juros sobre o capital próprio são eliminados das despesas financeiras do exercício e apresentados na conta de lucros acumulados.

Os dividendos declarados e pagos por ação foram, em reais

R\$ 0,8782 por ação preferencial (2021: R\$ 0,4747)	142.681	97.135
R\$ 0,8782 por ação ordinária (2021: R\$ 0,4747)	142.682	97.136

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada abaixo:

2022

2021

Lucro líquido do exercício	477.739	360.746
Reserva legal	(23.888)	(18.037)
Realização da reserva de lucros a realizar - ICPC 01	4.886	4.886
Lucro disponível para distribuição	<u>458.737</u>	<u>347.595</u>
Dividendos propostos pela administração		
Dividendo mínimo obrigatório:		
- Juros sobre capital próprio	65.187	62.229
- Dividendos	<u>49.498</u>	<u>24.668</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	<u>114.685</u>	<u>86.897</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>344.052</u>	<u>156.418</u>
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio destinados	<u>458.737</u>	<u>243.315</u>
(-) IRRF – JCP	(9.736)	(9.293)
Participação dos dividendos no lucro disponível para Distribuição (%)	100,00	70,00

Em atendimento ao item 24 da Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio já declarados, assim como a parcela do dividendo que não excede ao mínimo obrigatório, são classificados no Passivo Circulante da Companhia, pois se caracterizam como uma obrigação legal.

Nos casos em que a Administração propõe dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, esses recursos são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral dos acionistas.

A seguir, a movimentação da conta “Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” (Passivo Circulante):

Saldo em 31/12/2021	Juros sobre o Capital Próprio Pagos relativos ao Exercício de 2021	Dividendos Adicionais Declarados relativos a 2021	Dividendos Complement ares pagos relativos ao Exercício de 2021	Dividendos Adicionais pagos relativos ao Exercício de 2021	Juros sobre o Capital Próprio Declarados relativos ao Exercício de 2022	Dividendos Complement ares Declarados relativos ao Exercício de 2022	Saldo em 31/12/2022
26.858	(352)	260.694	(24.669)	(260.694)	55.450	49.498	106.785

e) Proposta de destinação do lucro de 2022

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2023, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$477.739, e do saldo de realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$4.886:

- R\$23.888, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$65.187 de juros sobre o capital próprio (“JCP”), declarados em 15 de dezembro de 2022, sendo todo o valor imputado aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$49.498 como complemento aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$344.052 sob a forma de dividendos adicionais propostos;

20. Receita Líquida de Vendas

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás, conforme tabela a seguir:

	Número de consumidores		Volume em mil m ³		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Automotivo	62	59	40.950	34.688	169.091	115.147
Gás Natural Comprimido Automotivo	2	1	364	203	1.260	579
Industrial	101	99	870.667	863.030	3.925.310	2.686.014
Gás Natural Comprimido Industrial	5	4	13.616	14.810	49.059	34.293
Residencial	81.201	69.912	11.392	10.868	85.130	61.153
Cogeração	7	5	13.137	12.525	53.270	34.293
Comercial	1.201	1.154	23.114	20.586	105.333	78.928
Subtotal - gás convencional	82.579	71.234	973.240	956.710	4.388.453	3.010.407
Termelétricas	(*)-	2	37.991	430.805	42.500	478.107
Subtotal gás vendido	82.579	71.236	1.011.231	1.387.515	4.430.952	3.488.514
Receita de distribuição (industrial livre)	1	-	87.133	-	83.600	-
Receita de distribuição (térmico livre)	2	-	7.119	-	45.506	-
Total geral	82.582	71.236	1.105.483	1.387.515	4.560.058	3.488.514

(*) os dois clientes termelétricos migraram para o mercado livre

Abaixo é apresentada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida constantes na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta	4.560.058	3.488.514
Descontos e abatimentos	(17.008)	(14.105)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(552.300)	(421.180)
ICMS Substituição tributária	(6.651)	(8.612)
PIS	(62.618)	(43.427)
COFINS	(288.425)	(200.028)
ISSQN	(272)	-
Receita de construção	52.596	49.901
Receita líquida	3.685.380	2.851.063

A Companhia possui um consumidor cuja receita líquida monta R\$1.016.470 e representa mais que 10% da receita líquida total do exercício. Em 2021, dois consumidores, cujas receitas líquidas montavam R\$482.843 e R\$401.875, representavam mais de 10%, cada um, da receita líquida total daquele exercício.

21. Receitas e Custos de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

	2022	2021
Receita de construção	52.596	49.901
Custos de construção	(52.596)	(49.901)
Líquido	-	-

22. Custos e Despesas por Natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1, segue a abertura das despesas por natureza:

	2022	2021
Compra de gás	2.735.482	2.011.340
Custos de operação e manutenção da rede	35.352	26.515
Amortização	84.485	83.090
Despesas com pessoal	34.446	30.753
Participação nos lucros	14.332	10.822
Despesas com materiais e serviços	21.355	19.908
Outras despesas operacionais	14.018	19.551
	2.939.470	2.201.979

Classificadas como:

Custos dos produtos vendidos	2.849.932	2.115.695
Despesas de vendas, administrativas e gerais	89.538	86.284
	2.939.470	2.201.979

Em 2007, foi criada a Parcela Compensatória como um mecanismo capaz de repassar integralmente para as tarifas as variações positivas e negativas entre as previsões assumidas para o cálculo do custo médio do gás adquirido e o efetivamente pago. E, em julho de 2017, a então Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, antigo nome da Sede/MG, regulamentou a Parcela Compensatória com a publicação da Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017 - ANEXO VIII.

A Parcela Compensatória garante os princípios do Contrato de Concessão que prevê a adoção de uma tarifa adequada, conforme reconhecido na Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017: “o mecanismo da parcela compensatória deve resguardar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão gerando a neutralidade dos componentes tarifários não gerenciáveis pela concessionária e contribuir para a estabilidade tarifária”

Esse mecanismo visa garantir que não haverá perdas ou ganhos com relação ao custo do gás realizado quando comparado ao previsto para o repasse do reajuste das tarifas, tanto para a concessionária de distribuição do gás natural, quanto para o mercado consumidor.

O valor total relativo à Conta de Compensação apurado pela diferença entre o valor pago relativo à compra de gás natural e serviços relativos ao Projeto Estruturante e o repassado ao mercado no trimestre anterior é acrescido (aumento ou redução) ao custo médio que vigorará no(s) trimestre(s) seguinte(s). Para apuração dos valores totais devidos de uma parte a outra, é aplicada a correção diária da taxa Selic divulgada pelo Banco Central.

Atualmente, as principais variáveis que afetam a Parcela Compensatória são: (i) a previsão de pagamento dos Compromissos Contratuais e sua efetiva realização; e (ii) custos relativos ao Projeto Estruturante. Defasagens nos repasses dos reajustes e diferenças obtidas entre as diversas variáveis que compõem o custo médio de aquisição e do custo de distribuição também compõem a Parcela Compensatória.

A Resolução SEDE nº 47, de 30 de setembro de 2022, aprovou a adoção de uma margem variável para o segmento de GNV, dependendo de sua competitividade junto à gasolina, sendo que a diferença da margem homologada para a margem realizada é captada em uma conta gráfica separada. As tarifas do GNV foram ajustadas, conforme a Resolução, a partir de outubro de 2022.

23. Resultado Financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	82.353	18.208
Juros e multas	3.102	1.774
Atualização monetária	7.360	7.786
Atualização monetária crédito tributário	17.468	34.133
Outros	155	242
	110.438	62.143
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(112.199)	(145.985)
Juros e multas	(1.280)	(375)
PIS/COFINS	(5.047)	(2.649)
Outras	(1.228)	(1.966)
	(119.754)	(150.975)
Resultado financeiro, líquido	(9.316)	(88.832)

24. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

	Nível	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Custo Amortizado					
Títulos e valores mobiliários	1	-	-	9.244	9.244
Contas a receber de clientes	2	306.691	306.691	228.089	228.089
Valor Justo por meio de Resultado					
Aplicações financeiras (equivalentes a caixa)	1 e 2	512.086	512.086	423.328	423.328
Títulos e valores mobiliários	2	127.051	127.051	41.997	41.997
Ativo financeiro da concessão	3	36.945	36.945	34.386	34.386
		982.773	982.773	737.044	737.044
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	2	1.044.433	1.044.433	1.034.912	1.034.912
Arrendamentos	2	10.637	10.637	1.878	1.878
Fornecedores	2	288.649	288.649	249.304	249.304
		1.343.719	1.343.719	1.286.094	1.286.094

Os valores dos ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

- **Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado** - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/precificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- *Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial* - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros e de suas atividades:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco regulatório.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de riscos e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b.1) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. A provisão para perdas de crédito esperada, registrada no montante de R\$8.050 em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021, R\$7.991) representativos de 2,6% (em 31 de dezembro de 2021, 3,5%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$514.027 em dezembro de 2022 (R\$424.862 em dezembro de 2021), os quais representam sua máxima exposição ao risco de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui CDBs no valor total de R\$127.051 em 31 de dezembro de 2022, (R\$51.241 em dezembro de 2021).

b.2) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-11 anos
Debêntures	1.063.964	1.627.107	27.554	48.173	173.699	560.397	817.294
Arrendamentos	10.637	13.121	551	2.754	3.305	6.611	-
Fornecedores	288.649	288.649	288.649	-	-	-	-
	1.363.250	1.928.977	316.744	50.927	177.004	567.008	817.294

b.3) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado nas Notas Explicativas nºs 4 e 5.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas, conforme Nota Explicativa nº 13. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas de debêntures efetuadas, as quais são indexadas à variação da Selic, CDI e IPCA. A taxa CDI acompanha taxa Selic.

Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado da alta e da baixa da taxa de 25% e 50%, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2023 - Projeções		
		Cenário 1		Cenário 2
	Valor contábil	SELIC 13,75%	SELIC 10,31%	SELIC 6,88%
Ativos				
Aplicações financeiras – circulante	512.086	582.498	564.895	574.292
Títulos e valores mobiliários - não circulante	127.051	144.521	140.153	135.786
	639.137	727.019	705.048	683.078
Ativo líquido exposto	639.137	727.019	705.048	683.078
Efeito líquido da variação das taxas de juros		87.882	65.911	43.941

	31/12/2022	31/12/2023 – Projeções		
		Cenário 1		Cenário 2
	Valor contábil	CDI 13,65% IPCA 5,79%	CDI 17,06% IPCA 7,24%	CDI 20,48% IPCA 8,69%
Passivos				
Debêntures (CDI) – circulante	(20.023)	(22.756)	(23.439)	(24.123)
Debêntures (IPCA) – circulante	(20.225)	(21.396)	(21.689)	(21.982)
Debêntures (IPCA) - não circulante	(1.023.716)	(1.082.989)	(1.097.807)	(1.112.626)
	(1.063.984)	(1.127.141)	(1.142.936)	(1.158.730)
Passivo líquido exposto	(1.063.984)	(1.127.141)	(1.142.936)	(1.158.730)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(63.177)	(78.972)	(94.766)

b.4) Risco regulatório

Por meio da celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 11 de novembro de 2022, a Companhia assumiu como metas de expansão para o ciclo tarifário de 2022 a 2026: (i) implantar redes de gás canalizado em municípios localizados em pelo menos sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais; e (ii) atingir a marca de 100 mil clientes atendidos até o fim de 2026. O não atingimento das metas assumidas no âmbito do Quarto Termo Aditivo poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, como advertência, multa, ou em última hipótese, a decretação de caducidade, nos termos do Contrato de Concessão.

25. Informações por Segmentos Operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

26. Transações não envolvendo caixa

A Companhia realizou a seguinte atividade não envolvendo caixa e, por isso, não refletida na demonstração de fluxo de caixa:

Encargos financeiros adicionados ao ativo de concessão no montante de R\$5.426, em 2022 (R\$2.362, em 2021).

27. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Companhia na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.